

# Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias

Research, biographical choice and the writing of history: biographing  
the duke of Caxias

---

**Adriana Barreto de Souza**

adrianaabarreto@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 - Seropédica – RJ

Brasil

---

## Resumo

Nesse artigo pretendo pensar sobre o conceito de experiência e seus vínculos com a produção de conhecimento em história, a partir de uma reflexão sobre o percurso, as escolhas e intervenções metodológicas realizadas por mim ao deparar-me com a tarefa de escrever uma tese biográfica, e as experiências vividas durante a própria pesquisa. Por meio de um diálogo estreito com Reinhart Koselleck e uma tradição historiográfica italiana fundada na micro-história, procuro refletir sobre dois conjuntos de problemas que estruturaram a pesquisa. O primeiro deles é o peso político e histórico da memória na qual pretendia interferir: a do duque de Caxias. O outro mais propriamente teórico, sobre como escrever uma tese de história a partir da singularidade de uma vida.

106

## Palavras-chave

Biografia; Experiência; Escrita da história.

## Abstract

In this article, I intend to work with the concept of *experience* and its links with the production of knowledge in history, based on a reflection on the course, the choices and the methodological interventions I had to make while writing a biographical thesis, and also on the experiences I have lived during my researches. Through a close dialogue with Reinhart Koselleck and an Italian historiographical tradition based on micro-history, I intend to reflect on two sets of issues that shaped the research. The first is the political and historical importance of the memory in which I intended to interfere with: the memory of the Duke of Caxias. The other is more theoretical, about writing a thesis in history based on the uniqueness of a character's life.

## Keywords

Biography; Experience; History writing.

---

Enviado em: 20/1/2012

Aprovado em: 15/5/2012

Efetivamente, destacando-se do trabalho cotidiano, das eventualidades, dos conflitos, das combinações de microdecisões que caracterizam a pesquisa concreta, o discurso se situa fora da experiência que lhe confere crédito, ele se dissocia do *tempo que passa*, esquece o escoamento dos trabalhos e dos dias, para fornecer “modelos” no quadro fictício do *tempo passado* (CERTEAU 1982, p. 95, grifo no original).

C'est pourquoi il n'est pas absurde d'établir un lien entre les interventions méthodologiques des historiens et les expériences tout à fait personnelles par lesquelles ils ont un jour été concernés (KOSELLECK 1997, p. 208).

Essas frases, extraídas de dois livros clássicos de teoria da história, se organizam em torno de uma pergunta central para nós, historiadores, e formulada com precisão por Michel de Certeau na década de 1970: “o que fabrica o historiador quando faz história?”. Para respondê-la, o historiador francês elaborou imagens, hoje célebres, como a que compara o trabalho de escrita da história a complexos processos fabris, com seus ruídos, técnicas e imposições sociais. A intenção era recusar uma metalinguagem unificadora, e explicitar a relação necessária entre a escrita – *mise en scène* literária – e o lugar social da operação científica, institucional e tecnicamente ligada a padrões culturais e teóricos contemporâneos. Daí a ideia, destacada acima, de que é na experiência, no trabalho cotidiano de pesquisa – com suas eventualidades, conflitos e microdecisões – que se funda a legitimidade do discurso historiográfico. Fora da experiência, resta apenas, como afirma Certeau, um quadro fictício do passado firmado por grandes modelos.

Reflexão semelhante, porém mais acentuadamente metodológica, é realizada quase quinze anos depois, em 1988, por Reinhart Koselleck no artigo “Mutation de l'expérience et changement de méthode: esquisse historico-anthropologique”.<sup>1</sup> Nele o historiador alemão relança o debate sobre os vínculos entre experiência e conhecimento ou, se preferirmos, sobre a interdependência entre história e historiografia. Em uma “nota semântica de abertura”, onde dialoga com Jacob Grimm, explora as mudanças de sentido ocorridas na palavra experiência durante a época moderna. Até então – destaca o historiador alemão – experiência guardava seu sentido primeiro, de exploração, de pesquisa e de verificação, convergindo inteiramente para o significado então em vigor de história, bem como para o de método histórico, com todas suas etapas de pesquisa e de verificação. Há aí, portanto, uma dimensão ativa da palavra experiência que, no início dos tempos modernos, será – usando os termos de Koselleck – gradativamente amputada, colocada entre parênteses, até ser suprimida (KOSELLECK 1997, p. 202).

Este artigo pretende, assim, explorar essa ideia, e estabelecer os vínculos – tal como sugerido por Koselleck na epígrafe desse texto – entre as escolhas e intervenções metodológicas realizadas por mim, ao me deparar com a tarefa

<sup>1</sup> Originalmente foi publicado com o título “Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Ein historisch-anthropologische Skizze”. Trabalho aqui com a edição francesa, publicada no livro *L'expérience de l'histoire* (KOSELLECK 1997).

de escrever uma tese biográfica, e as experiências vividas durante a própria pesquisa. Não pretendo, com isso, oferecer modelos de como se escreve uma biografia. Afinal, essa intenção produziria exatamente o efeito aqui recusado, desenraizando o método da experiência que lhe deu origem. Quando comecei meu curso de doutoramento, em 1999, o debate sobre a biografia ganhava corpo no Brasil, e produzia desconfianças tanto entre os professores que já ocupavam importantes postos de trabalho quanto entre pessoas que, assim como eu, apenas iniciavam na carreira. Levei pelo menos dois anos até conseguir formular, em definitivo, o problema base da tese a partir de um recorte biográfico. Isso sem contar o tempo de elaboração do projeto. Dois problemas dificultaram, e muito, esse percurso. Um deles era o peso, político e histórico, da memória na qual pretendia interferir: a do duque de Caxias. Outro problema, mais propriamente teórico, e que dominava a cena de então, era como escrever uma tese de história a partir da singularidade de uma vida.

O que proponho nesse texto é um retorno a esses problemas, por acreditar que o conhecimento histórico – e nesse ponto retomo um diálogo antigo que mantenho com a antropologia, e também presente em Koselleck – é resultado de uma relação social, o que significa dizer que é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e os dados e/ou sujeitos que ele conhece, e a causa de uma transformação na constituição relacional de ambos.<sup>2</sup> Uma relação que não é de identidade, e sim de produção de sentido: que seleciona, transcreve, recorta, traduz, contextualiza. Enfim, que opera reflexivamente a partir de um lugar específico, o historiográfico.

108

### **Vidas oficiais, narrativas memorialistas**

Meu interesse pela trajetória do duque de Caxias teve início com a leitura – no âmbito do projeto “A invenção do Exército brasileiro” – da biografia *Vida do grande cidadão brasileiro*.<sup>3</sup> Publicada em 1878, pelo padre Joaquim Pinto de Campos, esta biografia é sem dúvida uma peça memorialista e, logo na primeira leitura, reconheci ali mais um esforço da velha tradição saquarema, já bastante criticada na década de 1870, em manter seus mitos fundadores e um panteão nacional (GUIMARÃES 1988).

O padre Joaquim Pinto de Campos era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, além de pertencer a esse grupo de letrados comprometidos com a confecção de um projeto nacional centralizador, havia participado como integrante do Partido Conservador das disputas políticas que visavam sua implantação. Ocupou por sete legislaturas consecutivas uma vaga na Câmara dos Deputados como representante de Pernambuco e, por várias vezes, foi indicado para a lista tríplice do Senado. Além disso, foi também um

---

<sup>2</sup> Aproprio-me aqui de uma frase de Viveiros de Castro (CASTRO 2002, p. 113), relacionando-a com as reflexões realizadas Michael Werner sobre a relação de Koselleck com a antropologia (KOSELLECK 1997, p. 9).

<sup>3</sup> O projeto foi coordenado por Celso Castro, tendo resultado posteriormente na publicação de um livro (CASTRO 2002). Deparando-se com a imagem do duque de Caxias patrono do Exército brasileiro em suas pesquisas, Celso Castro tentava me convencer a transformar a trajetória do duque em objeto de pesquisa. Foi ele quem me apresentou à biografia de Pinto de Campos, presenteando-me com o livro.

nome chave na repressão à Revolução Praieira, reagrupando regionalmente as forças conservadoras em 1848. A biografia do duque de Caxias não foi a primeira a que se dedicou. Sete anos antes, em 1871, havia publicado uma biografia de d. Pedro II. Vale destacar que ambos os livros foram autorizados pelos biografados.

As razões que levaram o padre conservador a se interessar por essas biografias são anunciadas, por ele próprio, logo nas páginas iniciais do livro dedicado à trajetória do duque de Caxias. Nele afirma, sem rodeios, que, em tempos modernos, a imprensa era mais eficiente que os bronzes na tarefa de erguer monumentos, uma vez que legava ao futuro nomes e narrativas de feitos dos grandes da história (CAMPOS 1938, p. 9).

Foi essa biografia, escrita como monumento, que acabou me mobilizando. Ou seja, iniciei minha aproximação da temática "biografia" por meio do debate sobre a construção de memórias políticas. E, na tentativa de exercer algum controle sobre esse campo, decidi realizar um mapeamento inicial, levantando todos os títulos publicados, até então, sobre a trajetória do duque de Caxias. O resultado foi impressionante. Mesmo com a exclusão de todos os opúsculos produzidos para cerimônias oficiais, foi possível listar 51 títulos. Dentre estes, três tinham sido publicados ainda durante a Monarquia, enquanto os demais foram publicados ao longo do período republicano.

*Vida do grande cidadão brasileiro* é, assim, o terceiro livro dessa longa lista de 51 títulos, mas o que o faz se destacar dos demais não é tanto o fato de ter sido uma das primeiras obras publicadas, e sim a vitalidade da imagem que elabora do duque de Caxias. Nesse sentido, é que gostaria de explorar aqui esse levantamento bibliográfico.

Michael Pollak já afirmou que um bom indicativo da eficácia do processo de instituição de uma memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é lembrada. Isso atesta sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. Ou seja, sua vitalidade (POLLAK 1989; 1990). A narrativa de Pinto de Campos, a um só tempo, rompeu com o padrão narrativo anterior e, ao elaborar uma nova imagem do duque de Caxias, conseguiu perpetuá-la. É nele que podemos ver delineados, pela primeira vez, os traços básicos da memória da qual somos ainda hoje herdeiros: a de um general extremamente rigoroso, disciplinado e implacável no combate aos inimigos. Até então, principalmente nas duas primeiras publicações consagradas à vida do duque de Caxias, o perfil que encontramos é bem distinto. Nelas o general se destaca antes de tudo por sua habilidade política. Sua trajetória se encontra enredada em uma trama que tem início como herança, com privilégios de nascimento, e é atualizada por meio de sua atuação política e militar. O próprio tratamento que lhe é dispensado nesses textos é outro. José de Alencar – que o homenageou em vida com um pequeno ensaio biográfico – só o trata por "chefe político" (ALENCAR 1867, p. 2). Não há, em sua narrativa, descrições de batalhas. O mesmo acontece com Patrício Augusto da Câmara Lima, autor do primeiro texto biográfico sobre Caxias, publicado em 1846, um ano após o fim da Farroupilha. Para esses autores, a heroicidade de Caxias residia em sua habilidade para "governar homens", para ser um "chefe político-militar" (LIMA 1846, p. 3).

Essa imagem do “chefe político”, no entanto, é cuidadosamente suprimida da narrativa do padre Joaquim Pinto de Campos. Apresentando-se como amigo particular do duque, a certa altura do texto, e de forma sutil, o padre lembra-se de uma confissão do general. Cansado, após uma vida dedicada à pátria, Caxias havia lhe confidenciado preferir “anos da mais dura guerra, a meses de ministério” (CAMPOS 1938, p. 396). Essa frase faz sentido no contexto dos ressentimentos políticos pós Guerra do Paraguai, o que me interessa aqui, porém, é destacar o quanto, posteriormente, entre os biógrafos do século XX, ela vai ganhando novas formulações, e novos sentidos. Paulo Matos Peixoto, por exemplo, citando o padre conservador, afirma que durante o império havia uma incompatibilidade entre as agremiações políticas e as forças armadas (PEIXOTO 1973). Mas há biógrafos que simplesmente tomam a frase do padre Pinto de Campos como verdade, e desconsideram inteiramente o tema, não mencionando mais sequer os inúmeros cargos políticos ocupados pelo duque de Caxias ao longo de sua vida.

A biografia de autoria do padre Pinto de Campos funda, assim, uma espécie de matriz discursiva, que se repete quase invariavelmente nos 48 textos publicados depois dela. Nessa matriz discursiva, há traços que, em outra ocasião, já tive oportunidade de analisar (SOUZA 2001). Por ora, gostaria apenas de destacar a ideia, também presente nessa matriz, da biografia como fórmula moderna de edificação da heroicidade.

O padre conservador, como dito antes, escrevia de um lugar social bem definido. Na década de 1840, a Revista do IHGB abriu uma rubrica em seu interior dedicada às biografias (GUIMARÃES 1988) e, mesmo que seu empreendimento biográfico date de 1878, ele ainda mantinha estreita relação com a proposta política e historiográfica dos primeiros anos do IHGB. Uma proposta que, apesar da evocação recorrente do modelo de exemplaridade plutarquiano, tinha como noção chave de sua escrita – como mostrou recentemente Maria da Glória de Oliveira – a do “grande homem” das Luzes, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado (OLIVEIRA 2009, p. 16).

É também ao tema do “grande homem” que Ernest Cassirer dedica-se no livro *O mito do Estado moderno*, de 1946. Em função da conjuntura da época, e de sua própria história de vida, a preocupação de Cassirer nesse livro centra-se menos sobre o interesse da política nacional na elaboração de mitos fundadores que na emergência da história como espaço de glorificação do indivíduo. Toma como objeto de reflexão a comoção provocada pelas conferências realizadas pelo historiador Thomas Carlyle em 1840. Nelas Carlyle afirmava que a história é a soma de incontáveis biografias e que a tarefa do biógrafo, mais precisamente do historiador-biógrafo, era revelar o “eu” dos grandes homens da história. Caberia a esse biógrafo mergulhar na personalidade desses homens para encontrar aí uma espécie de núcleo rígido, imune às influências externas, independente. Dada a alta consciência que os “grandes homens” possuem de si, a tarefa não seria difícil: esse “eu” se expressaria com nitidez em sua forma de agir, em seus feitos. O herói torna-se – nessa perspectiva – pura coerência, uma unidade interior que transborda todo o seu valor para o meio social, de forma íntegra (CASSIRER 1976).

Ernest Cassirer procura definir, assim, por meio dos escritos de Carlyle, esse “grande homem” elaborado pelo XIX a partir das Luzes do XVIII. O herói clássico cuja força advinha do fato de não ser humano é substituído por um homem herói de valores naturalizados, impressos em certa interioridade ou, em alguns casos, materializados no próprio corpo. Os biógrafos responsáveis por erguer os novos monumentos nacionais deveriam por em relevo essa sua natureza especial, a originalidade desse “eu”.<sup>4</sup>

Não houve como verificar se o padre Pinto de Campos leu a obra de Carlyle. Uma característica dos trabalhos memorialistas é não incluir referências bibliográficas. Vale destacar, porém, que ao definir biografia como monumento, o padre compartilha da mesma equação narrativa que sustenta o trabalho de Carlyle, e que relaciona história, biografia e heroicidade na criação dessa figura do “grande homem” nacional.

Não por acaso, ao escrever *Vida do grande cidadão brasileiro*, Pinto de Campos promoveu duas operações de silenciamento: apagou cuidadosamente a imagem anterior do “chefe político”, centrando sua narrativa na descrição de batalhas, e deixou de contar a história dos primeiros anos da vida do duque, de sua formação, condensando essa narrativa em apenas 24 das 496 páginas da obra. Daí surgiria, na luz sem sombra da primeira manhã, direto das mãos do criador e, portanto, imune a todas as influências do meio, o duque de Caxias herói militar, vocacionado desde o berço para a guerra.<sup>5</sup>

Foi a partir dessas operações, propriamente historiográficas, realizadas sobre o campo das biografias dedicadas à trajetória do duque de Caxias, que construí as duas regiões de interesse que orientariam toda minha pesquisa. A primeira delas, estabelecida em oposição à ideia de vocação inata, recaiu sobre os primeiros anos da vida do duque, quando ele era apenas o jovem Luiz Alves. A segunda região de interesse correspondeu à carreira e às relações políticas de Luiz Alves de Lima. Dialogando com a temática da coerência e unidade interior, e operando com um sentido bem ampliado de política, procurei ir além da análise de sua atuação no exercício de cargos políticos.<sup>6</sup> Dediquei-me a recompor – o quanto me foi possível – a rede político-social em que Luiz Alves se achava inscrito em diferentes momentos de sua vida, mesmo quando à frente de forças militares. A intenção era, inserindo-o nesse jogo de forças reticulares, por em destaque os vínculos sociais a partir dos quais ele veio a se tornar o duque de Caxias.

Por meio dessas opções, mantinha diálogo com a matriz discursiva dos biógrafos de Caxias, invertendo-a. Além de nos legar uma imagem exclusivamente militar do duque de Caxias, essa matriz a ancorou na Guerra do Paraguai. Entretanto, nessa guerra, Luiz Alves já era Caxias, não o duque, mas um marquês e general bem sucedido, além de uma liderança do Partido Conservador. Não foi proposital, mas é sem dúvida sintoma dessas escolhas, o fato de não ter chegado, em minha tese, à Guerra do Paraguai.

111

<sup>4</sup> Referência importante para pensar as transformações na noção de herói e heroicidade, incluída aqui nessa breve menção à antiguidade, é o livro de Nicole Loraux (LOURAUX 1994).

<sup>5</sup> Aproprio-me aqui, na metáfora utilizada, do texto de Nietzsche citado por Foucault (FOUCAULT 1979).

<sup>6</sup> Esse debate foi construído no brilhante curso “A construção social da pessoa”, ministrado pelo professor Luiz Fernando Dias Duarte no Museu Nacional/ UFRJ. Inclusive, foi no trabalho final realizado para esse curso, e publicado em seguida, que sistematizei boa parte dessas ideias (SOUZA 2001).

### **Vidas típicas, narrativas científicas**

Todo o investimento na leitura dessas biografias e na identificação do trabalho, operado durante o século XX, de monumentalização do duque de Caxias, fez meu projeto ser classificado, por diversas vezes, como um trabalho de memória política. Eu mesma – devo confessar – em alguns momentos me senti atraída pela ideia que, ainda hoje, me parece excelente. Além disso, naquela altura, ela parecia ser a solução de todos os problemas. Afinal, o debate sobre memória era, indiscutivelmente, um tema de historiador. No entanto, o efeito dessas leituras sobre mim era outro. Quanto mais me envolvia com as biografias, e avançava na identificação dessas operações memorialistas, me dando conta de sua vitalidade política, mais me perguntava sobre o século XIX.

Os biógrafos sempre destacam, em suas narrativas, que Caxias pertencia a uma tradicional família de militares portugueses, de origem nobre, listando com cuidado seus nomes, patentes e grau de parentesco. Nas 24 páginas que dedica aos anos iniciais da vida de Caxias, o padre Pinto de Campos também destaca a passagem do jovem oficial pela Real Academia Militar, criada em 1810, no Rio de Janeiro, e considerada em geral um grande centro de formação intelectual. Mas o que esses dados significam? O que poderia ter levado uma família tradicional de militares portugueses a atravessar o Atlântico em fins do século XVIII? Quem eram esses homens? Eram realmente nobres? Quais as suas expectativas com a viagem? Por que decidiram permanecer, e se fixar no Rio de Janeiro? E a Real Academia Militar, como funcionava? Ela teria sido importante na formação do jovem Luiz Alves? O que ele teria lido e estudado na Academia?

112

Interessando-me por esse tipo de pergunta, sem dúvida, imprimia ao projeto um formato biográfico, mas a formulação da tese como biografia ainda era uma escolha delicada. Tratava-se de um terreno sem tradição no Brasil.<sup>7</sup> O debate tinha se instituído, entre nós, poucos anos antes, com a publicação em português dos artigos de Giovanni Levi e de Pierre Bourdieu na coletânea *Usos e abusos da história oral* (FERREIRA; AMADO 1996). Ambos reagiam a uma vigorosa polêmica, instaurada na França, em 1985, com o Colóquio *Problèmes et Methodes de la Biographie*. Na apresentação dos anais do evento, publicado ainda nesse ano, seus organizadores reclamavam do silêncio dos historiadores diante da “onda biográfica” que invadia o espaço acadêmico francês, e convocavam a comunidade a se posicionar (TOUATI; TREBITSCH 1985).

O colóquio era intencionalmente provocativo. François-Olivier Touati, um de seus organizadores, era um jovem historiador que vinha se dedicando, desde 1982, quando fundara a associação *Histoire au Présent*, a promover pesquisas e debates sobre temas polêmicos. E foi com esse espírito que organizou o colóquio. Encerrou o texto de apresentação dos anais do evento, afirmando que todo biógrafo aprendiz tinha, naquele momento, a seu alcance um martelo, e que havia

---

<sup>7</sup> Não pretendo aqui negar a larga produção historiográfica brasileira organizada a partir de narrativas biográficas, apenas recupero o debate no seu formato acadêmico, vinculado aos espaços profissionais de pesquisa e escrita da história. Sobre a referida tradição brasileira, ver GONÇALVES 2009.

expectativas de que um deles, mais audacioso, viesse a por abaixo essas longas décadas de pusilanimidade.<sup>8</sup>

Olhando em retrospectiva, é possível dizer que o evento alcançou seu objetivo. O debate se instalou de fato, e com virulência, na França. Historiadores montaram suas trincheiras e se dividiram entre partidários e opositores à entrada da biografia – ainda recorrendo a Touati e Trebitisch – no “panteão historiográfico”. Novos eventos foram organizados, e o tema pautado por editoriais de tradicionais revistas francesas. Algumas acusações se tornaram paradigmáticas, e conhecidas. Para muitos, recuperava-se o que havia de pior na historiografia do século XIX – um modelo de história linear, superficial e anedótico. Daí a consagração do termo *le retour*. A biografia retornava e, com ela, o fantasma da *histoire événementielle*, que também se expressava nas novas experiências da história política e de investigações organizadas a partir de técnicas narrativas.

Tal reação foi, contudo, um fato francês, e hoje sabemos que deve ser entendida nos quadros das intensas disputas políticas que fundaram a memória disciplinar naquele país.<sup>9</sup> Sabina Loriga, mais recentemente, depois de examinar a obra de pensadores que, ao longo do século XIX, procuraram restituir a dimensão individual da história, afirmou que foi na França que a biografia ficou mais prejudicada. A batalha contra a história historizante, iniciada nas páginas da *Revue de synthèse historique*, foi incorporada na década de 1930 pelos historiadores dos *Annales* e, em pouco tempo, a biografia tornou-se um dos maiores símbolos da história tradicional, mais interessada na cronologia que nas estruturas, mais nos “grandes homens” que nas massas (LORIGA 2010, p. 51).

Esse era o debate a que se voltava em 1985, no âmbito do colóquio *Problèmes et Méthodes de la Biographie*, e é também no interior dessa polêmica que se situam os artigos de Pierre Bourdieu e Giovanni Levi, ambos publicados em dossiês de revistas prestigiadas, dedicados ao tema. O artigo de Bourdieu saiu um ano após o colóquio, e deu título ao número dos *Actes de la recherche en sciences sociales* de junho de 1986 – “A ilusão biográfica”.<sup>10</sup> Sem dúvida tratava-se da crítica mais severa de todo o debate. O sociólogo francês definia como ilusória um tipo de retórica, com tradição consolidada na história, que faz associação direta entre uma cronologia unidirecional, um ‘eu’ coerente e constante e ações que excluem as noções de risco e incerteza. Essa crença, difundida em certo senso comum histórico, de que a vida é em si uma história – ‘um caminho que percorremos e que deve ser percorrido’ – constituiu o cerne da ilusão retórica definida por Bourdieu, e seu elemento fundador é o nome próprio. Este seria – na avaliação do autor – o melhor exemplo de uma imposição arbitrária, que assegura uma constância através do tempo e uma unidade através de diversos espaços sociais.

<sup>8</sup> Trata-se aqui de tradução livre. No original, lê-se: “Tout apprenti biographe a un marteau à sa portée. On attend que quelque audacieux vienne rompre de longues décennies de pusillanimité, et frappé. Puisse-t-il servir d’outil!” (TOUATI; TREBITSCH 1985).

<sup>9</sup> Krzysztof Pomian escreveu para a obra coletiva organizada por Pierre Nora “Les lieux de mémoire” um importante ensaio no qual analisa os comprometimentos da escrita dos *Annales* com um projeto de memória nacional francesa. Ver POMIAN (1986, p. 377-429). Essa leitura de Pomian a partir de uma memória disciplinar seguem as orientações de Manoel Salgado, que viria a sistematizar suas ideias alguns anos depois em “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar” (GUIMARAES 2003).

<sup>10</sup> Este e outros números da revista já se encontram *on-line*.



A nomeação, nesse sentido, introduziria categorias como *trajetória*, indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais. Como “ponto fixo em um mundo que se move”, ela em nada contribuiria para o debate sobre o biográfico, e só poderia ser útil na análise do social, considerando-se a necessidade de se reconstruir – para usar expressão de Bourdieu – a “estrutura da rede” na qual esse indivíduo está inscrito e age (FERREIRA; AMADO 1996, p. 189).

Atendendo ao chamado do editorial dos *Annales* de 1989, e escrevendo a partir de outra tradição historiográfica, que não a francesa, Giovanni Levi interfere no debate, concordando com a ilusão retórica de Bourdieu. Todavia, destaca – fundado em Arnaldo Momigliano – que em sua feição mais recente o debate sobre a biografia expressava ainda uma crise de paradigmas e um questionamento dos modelos interpretativos aplicados ao mundo social. Em sua avaliação, o que se colocava para a historiografia, sobretudo a partir da década de 1970, eram questões que diziam respeito à biografia, mas também às relações com as ciências sociais, ao problema das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como ao debate mais complexo sobre os limites da liberdade e da racionalidade humanas (FERREIRA; AMADO 1996, p. 168).

Se há algo que retorna nessa polêmica sobre o biográfico, trata-se – para Levi – do debate sempre inerente às ciências sociais da oposição entre indivíduo e sociedade e, apesar de afirmar que não vai retomá-lo em seu artigo, é sem dúvida esse o debate que ele procura reposicionar ao propor uma tipologia das abordagens biográficas. E é nesse ponto também que Levi volta a dialogar com Bourdieu, estabelecendo uma primeira crítica ao sociólogo francês. Entendendo suas reflexões sobre as relações entre *habitus* de grupo e *habitus* individual como exemplo do que classificou de biografia modal, reconhece nelas um limite claro para o tratamento das biografias individuais, que ficam reduzidas à condição de ilustrações do “estilo de uma época ou de uma classe”. Ou seja, nesses casos, a biografia não é a de uma pessoa singular, mas a de um indivíduo que – após algumas operações de mensuração e de seleção – tem atestada sua capacidade de concentrar as características de um grupo (FERREIRA; AMADO 1996, p. 175).

Há aqui dois pontos importantes. O primeiro deles – a que retornarei mais adiante – é essa crítica a Pierre Bourdieu. Ao recuperar, por meio de citações, o conceito de homologia e de diversidade na homogeneidade, desenvolvidos por Bourdieu no livro *Esboço de uma teoria da prática*, para mostrar o quanto sua argumentação se constrói a partir de uma concepção modal do biográfico, Giovanni Levi situa sua crítica além dos limites historiográficos. Há uma maneira francesa de pensar a biografia – enraizada nos *Annales*, mas que ultrapassa suas fronteiras – que deve ser “afastada” (FERREIRA; AMADO 1996, p. 179).

Não por acaso, na tipologia do historiador italiano, Pierre Bourdieu figura ao lado de Michel Vovelle como exemplos de escrita modal do biográfico. Comprometidos com uma perspectiva macroanalítica do social, e com um determinado projeto de ciência social, em suas pesquisas, a biografia só é considerada analiticamente legítima se tomada como representativa de uma forma

típica de comportamento social.<sup>11</sup> A biografia deixa de ser, assim, a história de uma pessoa singular, para se tornar a de um indivíduo representativo de um grupo.

Todo esse debate se difunde no Brasil, porém, quase dez anos após a publicação de outras importantes experiências de escrita biográfica, como as de Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, ambas com uma boa recepção na academia. Incluídas na tipologia de Giovanni Levi como exemplos renovados de exercícios biográficos, ou seja, como novas tentativas de se elaborar a equação particular (indivíduo) vs geral (sociedade), entre nós, esse debate é minimizado. Este é o segundo ponto que gostaria de destacar aqui. Quando iniciei meu curso de doutoramento, além do modelo clássico da história social francesa – ou da biografia representativa – o biográfico podia ser pensado ainda no interior de outro importante debate acadêmico, empenhado em romper o “silêncio das classes inferiores”, buscando meios de “dar-lhes voz”.<sup>12</sup> Foi assim que as histórias do moleiro de Ginzburg e do camponês de Zemon Davis encontraram espaço no meio acadêmico e no mercado editorial brasileiros na década de 1980, contribuindo, possivelmente, para amainar entre nós o impacto da discussão sobre o biográfico. Ainda que tenha gerado boas reflexões, o debate francês não teve maiores desdobramentos no Brasil.<sup>13</sup>

Eram essas, portanto, as referências mais imediatas com as quais eu contava no momento de definir os contornos da tese, com um agravante: o indivíduo que pretendia tomar como objeto de estudo talvez fosse um dos melhores exemplos daquilo que teria sido rechaçado no debate francês como símbolo de uma história menor – um “grande homem”, um “homem de Estado”, aumentando significativamente os riscos de se cair na “famigerada história *événementielle*” (GINZBURG 1987, p. 26).

Desse modo, o caminho mais seguro, justamente por se organizar a partir dos procedimentos clássicos da história social francesa, era justificar a escolha da trajetória do duque de Caxias não em função do que havia de singular nela, mas de sua suposta capacidade de sintetizar várias outras biografias, que estariam presentes no texto através de dados e quadros estatísticos. Ou seja, era fazer de Caxias um general representativo de uma geração, do corpo de oficiais-generais que participou da consolidação do Estado nacional brasileiro. Todavia, no meu caso, essa não era uma opção possível.

A escolha por investigar a trajetória de um indivíduo único, sem justificá-la a partir de uma argumentação macroestrutural ou de tipologias, era uma exigência

<sup>11</sup> Uma síntese desse projeto de ciência social, que funda também a história social francesa, é apresentada por Jacques Revel em artigo publicado no livro *Jogos de escalas*, intitulado “Microanálise e construção do social” (REVEL 1998, p. 17). Sobre a maneira francesa de pensar a biografia, e que se define como científica, Sabina Loriga já a reconhece em certa tradição do século XIX francês (LORIGA 2010, p. 22).

<sup>12</sup> A noção de experiência começa a erodir a de estrutura ainda na década de 1960 com o importante debate aberto por Edward Thompson sobre a dignidade pessoal dos vencidos e das vítimas da história.

<sup>13</sup> Um bom balanço do debate sobre a escrita biográfica em fins da década de 1990 encontra-se no artigo de Benito Bisso Schmidt (1997). Chamo atenção para o fato, sensível no artigo, de que a produção de biografias no Brasil nesse período se concentra ainda no âmbito do jornalismo. Não por coincidência, esse é o debate proposto pelo artigo, e que abre o número da revista *Estudos históricos* dedicado ao tema. Ver volume 10 intitulado “Indivíduo, biografia e história” (Vol. 10, nº 19, 1997).

dos rumos da pesquisa, das primeiras respostas que tinha obtido ao propor como problema, ainda durante o mestrado, uma reflexão sobre o lugar ocupado pelo Exército na política conservadora de consolidação do Estado imperial (SOUZA 1999). O modelo a que, então, cheguei era o de uma instituição inteiramente aberta, regida por valores e por um sistema de hierarquias amplos, os mesmos da sociedade política. O corpo de oficiais gerais – como procurei mostrar em outra ocasião – era heterogêneo, herdeiro de uma tradição militar portuguesa estranha ao modelo atual que associa a carreira à aquisição de conhecimentos técnicos específicos, à incorporação de valores orientados por uma disciplina rigorosa e a uma forte unidade corporativa. O único ponto comum ao grupo era a dependência da Coroa, que detinha o monopólio das patentes militares, podendo regular sua distribuição tal como fazia com outros bens simbólicos (SOUZA 2004).

Dada essa ausência de uma formação burocrática mais complexa e impessoal, o nível de formalização das trajetórias dos oficiais militares era baixo. Para se obter uma patente de general, havia vários caminhos possíveis, alguns dos quais sequer exigiam do pretendente experiência institucional, o que explica, por exemplo, um fenômeno comum até a década de 1850: a presença de homens de carreira notadamente política em postos de comando do Exército, distinguidos com altas patentes militares.<sup>14</sup>

Desse modo, era inviável propor uma abordagem sobre esse grupo social – os oficiais gerais – a partir de prosopografias, da ideia de biografia representativa ou de estudos de caso. Nem o duque de Caxias, nem qualquer outro general poderiam ser considerados – parafraseando Carlo Ginzburg – militares “típicos no sentido de médios, de estatisticamente mais frequentes” (GINZBURG 1987, p. 27). A heterogeneidade do grupo impedia a eleição da trajetória de um deles como trajetória-síntese, representativa de outras vidas. Recorrer a esta estratégia analítica, e a este uso do biográfico, apesar de sua longa tradição, implicaria negar todo meu esforço investigativo anterior.

Diante de tal diagnóstico, o que se definia, cada vez com mais precisão, era a necessidade de se recusar o pressuposto de que o corpo de oficiais-generais do Exército – ou, numa formulação ainda mais genérica, os “militares” – constituía um grupo social a-histórico, podendo ser descrito antes mesmo da análise do tecido das relações que o organizava e sustentava. O problema, portanto, residia na retórica macroanalítica.<sup>15</sup> Em lugar de considerar evidente a unidade e homogeneidade do grupo, impondo ao passado uma visão marcadamente contemporânea da carreira, era preciso inverter a perspectiva e se interrogar sobre os valores e critérios a partir dos quais essa carreira se organizava na época, ou sobre a experiência institucional dos atores sociais no século XIX.

<sup>14</sup> No texto acima referido, proponho um esboço de tipologia para pensar, ainda que de forma bem geral, possíveis modelos de carreira militar na primeira metade do XIX (SOUZA 2004, p. 171).

<sup>15</sup> Para os diferentes tipos de retórica que organizam as abordagens macro e microanalíticas, ver o livro organizado por Jacques Revel (1998), especialmente os textos de Maurizio Gribaudi e Simona Cerutti.

Começava a acreditar, assim, e pouco a pouco, na possibilidade de estabelecer uma ponte entre a discussão sobre biografia e aquela inicial sobre memória política. A cada passo gostava mais de uma imagem, que se tornava recorrente durante a pesquisa: a do trabalho arqueológico. Via-me diante de vários estratos de memória que ao longo do século XX foram se depositando, a partir de (in)tensas disputas políticas, sobre a imagem do duque de Caxias, e afirmava o interesse da tese em devolvê-lo ao século XIX. Daí a ideia, que daria título ao livro – o homem por trás do monumento.

### **Povoando o passado**

Mas como formular a experiência de um indivíduo, a singularidade de uma vida, como problema de uma tese de história? Essa pergunta continuava me acompanhando, e só consegui me movimentar no debate, elaborando uma proposta biográfica, quando me aproximei de outra tradição intelectual, empenhada em salvaguardar uma dimensão individual na história e enraizada nas historiografias alemã e italiana oitocentistas.

O contato com essa tradição só ocorreu quando, durante o estágio sanduíche, acompanhei um dos cursos que Sabina Loriga vinha consagrando à releitura de clássicos dessa tradição para entender o que considerava ser um movimento de despersonalização da história.<sup>16</sup> O século XIX – na avaliação de Loriga – havia produzido uma reflexão rica e complexa sobre as relações entre indivíduo e história, sendo possível encontrar, principalmente na Alemanha, vários historiadores que se perguntavam sobre o que é um indivíduo, como se opera sua constituição e quais as relações que ele guarda com o mundo histórico. Como afirmaria na introdução de seu livro, Loriga pretendia recolher, por meio da análise das motivações políticas e sociais das obras desses vários autores oitocentistas, pensamentos capazes de povoar o passado (LORIGA 2010, p. 14).

Povoar o passado significava abandonar a prática, necessária pela estratégia de máxima agregação da história social tradicional, de operar com conceitos abstratos. A ideia provém em parte da leitura dos clássicos de Jacob Burckhardt sobre história da arte. Desde a década de 1850, quando publicou *Le cicerone, guide de l'art antique et de l'art moderne en Italie*, o historiador suíço afirmava o caráter fragmentário da história, reconhecendo o papel da imaginação na escrita historiográfica.<sup>17</sup> Perspectiva que já se encontrava presente em um texto anterior, de Wilhelm Von Humboldt, intitulado *Sobre a tarefa do historiador*.<sup>18</sup> Ambos nos lembram que, dedicando-se à análise das ruínas e rastros do passado, o ofício do historiador se define como um trabalho propriamente

<sup>16</sup> Devo destacar aqui a importância da orientação de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Devo a ele não apenas a do problema como a mediação na relação com Sabina Loriga, que viria a ser minha orientadora durante o estágio sanduíche. Após o estágio, tive ainda o privilégio de ajudar Manoel Salgado a organizar e manter o grupo de estudos "Abordagens teóricas da cultura oitocentista", onde por dois anos pude dar sequência a essas leituras, discutindo-as em um grupo plural, que pensava teoria a partir de temáticas, recortes cronológicos e abordagens as mais variadas. Um espaço privilegiado de reflexão.

<sup>17</sup> No original: *Der Cicerone: Eine Einleitung, zum Genub der Kunstwerke Italiens*.

<sup>18</sup> O texto traduzido para o português pode ser encontrado em HUMBOLDT 2001.

morfológico, que repousa no esforço inevitável de juntar, pelo uso da imaginação, peças que lhe são oferecidas através da observação. O que torna essas abordagens ainda mais interessantes, porém, é que nelas o reconhecimento desse “trabalho sobre o invisível” não implica em uma assimilação da ficção literária pela narrativa historiográfica. Esse duplo gesto, de reconhecer o valor da imaginação sem negligenciar a singularidade da ficção literária, para além de nos permitir uma reaproximação – como atualmente tem se dedicado a pensar Sabina Loriga – das discussões levantadas pela *linguistic turn*, ainda nos faculto outro movimento.<sup>19</sup> Nesses autores, o tema da narrativa deixa de ser uma discussão (ou um problema) exclusiva da história biográfica ou da história política para tornar-se propriamente um debate de historiador (LORIGA 2000).

Diante do passado, assim como diante de uma obra de arte, o historiador procede a uma montagem a partir de temporalidades múltiplas, sobre as quais tentam exercer algum controle. Daí a elaboração de reflexões a partir de termos como: continuidade/ descontinuidade, estabilidade/transformação, estrutura/processo, esmaecimento/ruptura. O lugar do observador, que pode ser um historiador, é aqui o centro das reflexões, como “elemento de passagem”, como algo também mutável (DIDI-HUBERMAN 2000).

Nesse esforço de povoar o passado, entretanto, o diálogo não ocorre apenas com a história da arte. Outro interlocutor importante – cujo estreitamento de vínculos com a história ocorreu já na década de 1970 – é a antropologia, principalmente a antropologia anglo-saxã. Foi dela, por exemplo, que o historiador Maurizio Gribaudi retirou a noção de “comunidade de experiências”.<sup>20</sup> Como alternativa ao uso de conceitos que têm sua legitimidade assentada em um elevado nível de abstração, propõe-se, através de uma valorização dos arquivos e do reconhecimento desse papel ativo do historiador sobre o “invisível”, uma intensificação do trabalho de articulação de dados a primeira vista incoerentes e desprovidos de significado. A “incoerência” – bem como o estranhamento das lições de Clifford Geertz – seria nesse caso a chave de acesso a uma outra lógica de organização social, com normas próprias, possibilidades diferenciadas de negociação e formas de organização das relações de poder. Há aqui, sem dúvida, a introdução de um “eu” no discurso do historiador. É a partir dele, e de sua movimentação, que se opera a constituição do objeto de pesquisa, ou seja, de um olhar sobre o passado. E foi a partir desses diálogos que três conceitos se tornaram fundamentais para que pudesse constituir a singularidade de uma vida, a do duque de Caxias, como um problema de história.

<sup>19</sup> Atualmente, Sabina Loriga tem oferecido, em parceria com Jacques Revel, um curso dedicado a pensar a *linguistic turn*. Ver no site da École des Hautes Études en Sciences Sociales, os seminários do ano 2011-2012: <http://www.ehess.fr/fr/enseignement/enseignements/2011/ue/804/>

<sup>20</sup> Uma série de pesquisas vinculadas ao que se convencionou chamar micro-história tem operado com a ideia de que cada ator histórico se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variados, do mais local ao mais global. Com isso, tentam mostrar que não existe um hiato, menos ainda uma oposição entre essas dimensões. Ver: LEVI (1989; 1998), GRIBAUDI (1987; 1998a), LORIGA (1991; 1998; 2010) e CERUTTI (1995).

O primeiro deles é o de *trajetória*. E aqui é necessário um retorno às críticas de Pierre Bourdieu. Sua intervenção na polêmica da década de 1980 foi valiosa, chamando atenção para a predominância, entre os cientistas sociais, de um uso bastante ingênuo do biográfico, que concebia a vida como uma unidade coerente que se desenrola de forma linear no tempo. Essa perspectiva, conforme destacou Bourdieu, assentava-se em uma imposição arbitrária e o conceito de trajetória era sua expressão mais bem acabada, uma noção indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais (FERREIRA; AMADO 1996, p. 189). Mas nessa objeção de Pierre Bourdieu, como já apontou Sabina Loriga, há um risco: o de fazer crer que tomar em consideração a experiência individual significa, sempre, automaticamente, adotar a forma tradicional de biografia. Nesse caso, vale destacar que o risco de cair em uma história cronológica, factual, linear e pouco problemática não está inscrito na reflexão biográfica (REVEL 1998, p. 246). Além disso – e nesse ponto é possível juntar as considerações de Loriga com as de Giovanni Levi – Bourdieu tende, com suas críticas, a homologar um procedimento analítico que lança mão de condutas individuais para firmar laços normativos, com o *habitus* produzindo usos modais do biográfico.

A elaboração dessas críticas por dois historiadores italianos não é casual. Desde a publicação em 1979, na revista *Quaderni storici*, do artigo intitulado “O nome e o como”, o nome próprio vinha se tornando um elemento central na definição de um novo método de pesquisa. O esforço já visava o desenvolvimento de estratégias analíticas que não se pautassem pela medição de propriedades abstratas da realidade histórica. De autoria de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, o artigo, hoje célebre, propõe fazer do “nome” – a marca mais singular e menos sujeita à repetição que existe – a grande referência para a criação de um método capaz de quebrar o excesso de coerência do discurso histórico. Nesse sentido, recuperava-se o biográfico de uma forma bem diferente da proposta por Bourdieu: a experiência individual era usada para se interrogar sobre a pluralidade e as incertezas do passado. A expressão “estrutura da rede”, usada pelo sociólogo francês, e sintoma das regras da polêmica dos anos de 1980, era incorporada a esse método por um novo referencial, mais próximo das reflexões de Norbert Elias. Nele o individual deixava de ser entendido em oposição ao social, e este passava a ser lido como resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos (ELIAS 1994). Portanto, ao invés de partir do princípio de que existiam classes ou grupos organizados social ou profissionalmente, e proceder à elaboração de prosopografias, o historiador deveria centrar-se na trajetória de alguns (ou de um) indivíduos para, por meio delas, percorrer as relações nas quais eles se inscreviam em múltiplos espaços e tempos. A inversão da estratégia analítica, construída a partir dos dados gerados pela pesquisa, podia alterar de forma significativa – como vinham demonstrando alguns trabalhos – a visão dos fatos.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Refiro-me aqui, como dito anteriormente, às pesquisas vinculadas à micro-história italiana. Ver principalmente: LEVI (1989; 1998), GRIBAUDI (1987; 1998a), LORIGA (1991; 1998; 2010), CERUTTI (1995) e CAVALLO (2006).

Mas a ideia de Ginzburg e de Poni, de transformar o “nome” em uma espécie de bússola que guiaria o historiador pelos arquivos, também é válida para o momento final da pesquisa, o de elaboração de uma escrita. É claro que sua legitimidade depende de uma flexibilização das regras de organização do discurso historiográfico, principalmente daquelas que tendem a fechar a história em grandes mosaicos ou sistemas explicativos. Feito isso, narrar uma *trajetória*, sendo esta entendida como uma brecha de acesso ao passado, pode nos oferecer outros meios para pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, à formação escolar-acadêmica, e a estratégias de socialização e de ação no mundo. Jacques Revel, no texto “Microanálise e construção do social”, associou esse tipo de estratégia analítica a uma renovação na história social (REVEL 1988). No entanto, vale não perder de vista que ela funda-se em diálogo com a antropologia.

O segundo conceito chave em minha pesquisa destaca justamente o valor desse diálogo: é o conceito de *configuração*. Originalmente ele está vinculado às abordagens estruturalistas e funcionalistas que predominaram na antropologia social até a II Guerra Mundial. Esse tipo de abordagem só entraria em crise com a descolonização da África e com as rápidas mudanças a que as sociedades deste continente foram submetidas. O conceito de configuração, tal como pensado por essas escolas, não resistiria à aceleração do tempo histórico e à complexificação das relações sociais, tornando-se incapaz de apreender e restituir as interações de um mundo em transformação. Na perspectiva estruturo-funcionalista, as relações sociais eram interpretadas apenas como elemento de contenção das escolhas individuais. O conceito de social, entendido como sistema, postulava uma relação direta entre valores e práticas sociais. Desse modo, o complexo e o diferente só podiam ser explicados recorrendo-se à ideia de desvio, que, por sua vez, pressupunha a existência de normas bem reguladas no funcionamento da sociedade.

Max Gluckman, que não chegou a abandonar o paradigma estruturalista, tornou-se uma referência fundamental na flexibilização dessas abordagens ao introduzir – como procurei mostrar em outra ocasião – a noção de conflito em suas análises do social.<sup>22</sup> É dele a ideia de que uma situação limite pode nos fornecer a chave para a compreensão de mecanismos e de determinações sociais mais amplas. Assim – e aí está a inovação – ele pode mostrar que a análise dos comportamentos e dos papéis desempenhados pelos atores de um conflito, de uma revolta popular ou de um ritual, nos permite apreender o repertório de símbolos e a lógica a partir da qual se organiza a ação social de um grupo ou de uma sociedade. Por essa ótica, portanto, aquilo que é considerado como “local” não é mais visto como o “microcosmo” isolado de uma antropologia clássica. Ele passa a ser compreendido como ponto nodal de um processo e de mecanismos globais.

---

<sup>22</sup> Em 2007 realizei um primeiro esboço dessa discussão mais conceitual em artigo publicado na Revista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Para as reflexões sobre o conceito de configuração e para a leitura de Max Gluckman, destaco como chave o livro de Maurizio Gribaudi (GRIBAUDI 1998a).

Certamente seria possível listar vários outros autores (e escolas) que teriam dado continuidade a essas reflexões de Gluckman, mas vou me limitar aqui – seguindo as orientações de Maurizio Gribaudi – a destacar alguns aspectos desse debate que marcam ainda hoje as discussões sobre o conceito de configuração social (GRIBAUDI 1998a).

Primeiro, é preciso considerar que a importância atribuída à ideia de conflito produziu novas possibilidades de interpretação. Os comportamentos observados dos atores sociais, e as relações que mantêm entre si, são lidos não mais como resultado da reprodução bem sucedida de normas estáveis e homogêneas, mas como produto de interações sociais, definidas pela ação de indivíduos no mundo. Como consequência, as análises do social deslocam-se do plano das abstrações para o dos mecanismos de interação. A tarefa do pesquisador não é mais descrever as formas das práticas sociais para, a partir delas, deduzir modelos fortes. Também não se espera dele a elaboração de grandes quadros explicativos fundados em vastos levantamentos estatísticos. No lugar das tipologias, temos a elaboração de repertórios de regras e imagens normativas através das quais os indivíduos negociam concretamente suas práticas. Por fim, como último aspecto dessa tradição das ciências sociais, vale destacar a centralidade conferida as redes egocentradas. A opção pela análise de comportamentos individuais não expressa dificuldades de formalizações estatísticas. Ela explicita antes uma posição teórica. Todo indivíduo ocupa um lugar em uma teia humana composta por relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites. Escrever um trabalho biográfico é, desse modo, pensar essas relações que se precipitam sobre os indivíduos no momento do nascimento e através das quais eles se colocam no mundo (ELIAS 1994).

O conceito de *configuração* torna-se, assim, central. Ele expressa essa rede de dependências de forma plástica, como inter-relações em constante adaptação. Os lugares por onde um indivíduo circulou, o modo como agia em relação às pessoas e o que decidia, lhe permitiam dar continuidade, reelaborar ou romper com relações herdadas, além de lhe dar a chance de tecer novas alianças. É nesse jogo relacional que vai se desenhando o que passei a entender como biografia. Cada indivíduo acha-se inscrito em redes específicas de dependência, estando sujeito às contingências da experiência. Essas redes constituem uma conduta – um modo de articular e expressar interesses, aspirações e sentimentos – e engendram práticas concretamente negociadas frente a um campo de possibilidades (VELHO 1994). Daí também a rediscussão da noção de contexto.

A noção foi por muito tempo utilizada – para usar uma expressão de Jacques Revel – de forma preguiçosa pelos historiadores. Uso puramente retórico: apresentado no início dos textos, o contexto gerava um “efeito de realidade” em torno do objeto de pesquisa. Alguns historiadores iam um pouco além, e apresentavam as condições gerais nas quais uma realidade particular achava seu lugar. O problema, nesse caso, é que o historiador limitava-se a uma simples descrição dos dois níveis de observação, que seguiam paralelos durante todo o texto. No máximo – o que também era problemático – extraía-se do contexto as razões gerais que permitiam explicar o particular, e geralmente predominava o determinismo (REVEL 1998, p. 27). Mas há ainda outra forma de se pensar o



princípio da contextualização que Sabina Loriga soma a essa lista de Revel: o da representatividade. No esforço de tentar reconstituir um tecido social e cultural mais vasto a partir do singular, muitas vezes os historiadores confundiram os dois princípios, transformando o trabalho de contextualização em homologação de amostra estatística. O problema dessas estratégias, para além de sua eficácia analítica, é – como afirma Loriga – que cada uma a seu modo, ao produzir uma história sem digitais, acaba contribuindo para um movimento de despersonalização do tempo histórico (REVEL 1998, p. 247).

Essa necessidade de pensar o contexto como lugar por excelência de um jogo relacional onde se dá a ação de sujeitos históricos efetivos, agindo, e como algo sempre diverso, acabou impondo à pesquisa um terceiro conceito, o de *experiência*.

A experiência é do campo do individual, do particular e do inimitável. Não por acaso, Carlo Ginzburg consagrou um texto à discussão do que denominou paradigma indiciário. Essa perspectiva epistemológica surgiu – segundo Ginzburg – em fins do século XIX no campo da semiótica médica, e se consolidou pela capacidade de produzir um saber sobre o corpo, extremamente eficaz, a partir da observação de detalhes (sintomas) a princípio irrelevantes. A base desse saber era a *experiência*, e nela estava também seu limite: a incapacidade de prestar-se à generalização (GINZBURG 1986).

Desse modo, desde muito cedo, para se constituírem como ciência, os saberes ditos humanos enfrentaram um dilema: ou seguir os métodos físico-matemáticos (paradigma galileano), e sacrificar o elemento individual à generalização, ou tentar elaborar um modelo próprio de cientificidade, mais sensível ao individual e à própria passagem do tempo. A opção então realizada acabou produzindo uma polarização pouco interessante intelectualmente. A supremacia dos cânones de uma visão cartesiana da racionalidade e de seus procedimentos analíticos praticamente inviabilizou o surgimento de visões concorrentes, já de antemão consideradas irracionistas (GINZBURG 1986, p. 239).

Aqui cabe retomar o diálogo de Koselleck com Jacob Grimm. Também não foi por acaso que Grimm sublinhou a disjunção ocorrida em finais da época moderna entre pesquisa e *experiência*. Foi a partir de então que, do ponto de vista do método, se tornou necessário separar a *experiência da realidade* e sua elaboração científica que, para ser devidamente controlada, deveria suprimir o sentido mais ativo da palavra *experiência*, para reincorporá-la a partir dos novos padrões científicos (KOSELLECK 1997, p. 204). Movimento semelhante ao que Koselleck encontrou, em suas pesquisas semânticas, constituindo o conceito moderno de história. Neste, a história, como realidade vivida, e a reflexão sobre esta realidade foram fundidas em um conceito comum, substantivo singular – a história. A contrapartida dessa fusão, no entanto, foi a perda da dimensão plural da história, que se achava fundada no sentido anterior de *experiência*. Ou seja, experimentada como nova, deixou de ser a história que se realiza nesse mundo por meio dos homens para se tornar história universal (KOSELLECK 1997, p. 237).

Daí Koselleck também constituir como campo de interesse o exame dos efeitos da interação entre os dados de pesquisa, a *experiência do tempo* e as maneiras de transformar o movimento da história em história inteligível.<sup>23</sup> A questão primordial do conhecimento histórico – para o historiador alemão – refere-se à historicidade de toda reflexão e de toda atividade humana, o que o levou a problematizar o próprio tempo histórico, com suas especificidades e múltiplas formas de materialização. Cruzando uma *história da experiência*, como trama matricial de toda historiografia, e uma história dos métodos historiográficos, Koselleck se aproximou de problemas pouco explorados antes dele. E foi a partir desse debate, mantendo-me nessa área de interseção entre história e antropologia, que procurei explorar uma dupla perspectiva do conceito de *experiência*.

A primeira referia-se às particularidades de nosso ofício. Os métodos utilizados pelo historiador para transformar *experiências históricas* em relato e em ciência são sempre resultado de uma *experiência do presente*. Desse modo, é possível supor que os modos de relatar e de elaborar metodicamente as histórias podem estar estreitamente vinculados às experiências do historiador (KOSELLECK 1997, p. 207). Ao enfrentar um arquivo, e se colocar diante das fontes, ele põe-se diante do tempo. Há aí uma primeira *experiência*, a sua. Apesar de possuir elementos compartilhados – e Michel de Certeau há muito já os definiu – a montagem que o historiador realiza a partir desses elementos, o texto que produz, traz marcas que são individuais. Tal como um antropólogo entre seus nativos, o historiador é ele também um mediador, com um agravante: escrevemos sobre um passado, algo que não existe mais. Talvez por isso, mais que outro cientista social, o historiador deva prestar atenção a um desejo antigo de restituir cada coisa a seu lugar original. Apesar de legítimo, esse desejo pode criar – para usar uma imagem de Didi-Huberman – “un historien phobique du temps” (DIDI-HUBERMAN 2000).

A outra perspectiva a partir da qual procurei pensar o conceito de *experiência* foi mais propriamente analítica. Na tese, ao invés de enfatizar as formas de homogeneidade social, elaborando a trajetória do duque de Caxias como representativa, esforcei-me por destacar a heterogeneidade que em toda sociedade prevalece quando se trata de disputas por distribuição de recursos, materiais ou simbólicos. Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria, absolutamente singular. O comportamento de um ator social (no caso, o duque de Caxias) não poderia simplesmente depender da obediência mecânica a um sistema de normas e regras. Para tentar compreendê-lo, era preciso levar em conta sua posição particular no interior de uma rede social. Analisar relações sociais – marcadas sempre por relações de poder – exigiu, assim, uma análise da interação entre pessoas, do modo como agiam, das decisões tomadas (ou forçadas a tomar) e de como elaboravam essas experiências. Procurei ainda entender essa elaboração como guia de ação/intervenção na sociedade e, desse modo, engendrando uma realidade, promovendo mudanças e, em se tratando de autoridades, implantando projetos e decidindo destinos.

<sup>23</sup> Aproprio-me aqui de algumas reflexões de Michael Werner na apresentação do livro *L'expérience de l'histoire* (KOSELLECK 1997, p. 9).

### **O valor heurístico das biografias**

Esse exercício de reflexão sobre meu próprio percurso de pesquisa, elaborando-o como uma primeira experiência, a partir da qual se ergueria a tese, tornou-se chave para que unisse as duas pontas do projeto, a memorialista e a mais propriamente biográfica.

Durante toda a pesquisa, a pergunta que mais ouvi de várias pessoas, do meio acadêmico e de fora dele, foi: por que Caxias? A pergunta me deixava intrigada e, com o tempo, comecei a responder com outra pergunta: e por que não o duque de Caxias? Através das respostas, fui percebendo o quanto a memória do general, que eu tentava olhar com distanciamento, ainda organizava identidades políticas. Dar-me conta disso foi crucial. A pesquisa, que tinha se iniciado a partir de interesses acadêmicos, interferia em uma memória forte – forjada em bronze e pela imprensa – de um dos “grandes” da história nacional. Dentre os vários estratos de memória que vinha revolvendo, havia um ainda bem recente, que se achava vinculado aos traumatismos dos vinte e um anos de ditadura militar, com suas formas específicas de dominação e de violência simbólica.

Escrever uma tese sobre a trajetória do duque de Caxias, portanto, colocava-me inevitavelmente diante da tarefa de ao menos mapear esse trabalho, realizado ao longo do século XX, de reinterpretação dos materiais fornecidos pela história com fins ao enquadramento de uma memória. Do mesmo modo, precisava estar atenta aos esforços de resistência, às memórias subterrâneas (POLLAK 1989). E, em meio a tudo isso, não poderia cair na armadilha, tentadora, porém ingênua, de me colocar como observadora imparcial dos fatos. Sem a pretensão de restituir cada coisa a seu lugar, abandonando a ideia de que restituiria, ao final, a verdade, adotei a estratégia de explicitar todas as operações historiográficas que realizava, das seleções às contextualizações, demarcando a lacunas e mapeando os debates memorialistas de cada época. E foi assim que essa explicitação de critérios, bem como a formulação clara das hipóteses, tornou-se para mim condição necessária para elaborar a tese a partir da singularidade de uma vida.

Certamente trata-se de outro regime de escrita biográfica e, nesse movimento de ressignificação do gênero, a interlocução com a micro-história foi igualmente importante. Esta – como destacou Manoel Salgado – produziu uma mutação importante no campo apontando na direção de uma valorização do “eu”, quer como sujeito da escrita, quer como ator reivindicando seu lugar numa narrativa da história (GUIMARÃES 2008).

A imagem da história elaborada por seus praticantes é a de um sistema aberto, em perpétua transformação e determinado por mecanismos e dinâmicas interativas. O resultado de uma ação individual depende de outras ações e das reações de outros indivíduos. Essa interdependência, definida como própria do mundo social, impede que os atores disponham de um sistema de normas para tentar prever sem ambiguidades os efeitos de seus atos. Ainda que cada indivíduo tenha diante de si um campo de possibilidades limitado, com margens definidas cultural e socialmente, nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha, interpretação, manipulação e negociação dessas normas e regras sociais.

É nesse sentido que as pesquisas de corte biográfico tornam-se, possivelmente, um ótimo espaço para se pensar o social e as relações de poder que lhe são intrínsecas. Elas evitam a construção de imagens monolíticas do passado, mostrando, ao contrário, que se a repartição desigual do poder – de bens materiais e simbólicos – limita as oportunidades de um indivíduo, ela sempre deixa alguma margem de manobra, através das quais ele pode se movimentar e promover mudanças no ambiente em que vive.

Minha intenção, ao contar a história de Luiz Alves de Lima e Silva (ao final da vida, marechal e duque de Caxias) foi a de tomar um indivíduo como ponto fixo em uma determinada superfície social, procurando fazer do “nome” – a marca mais singular que existe – referência para a elaboração de uma escrita historiográfica. Acredito que, assim, a história biográfica pode ganhar um inestimável valor heurístico, tornando-se lugar privilegiado de uma atividade intensa e especificamente humana de leitura, interpretação e construção do real.<sup>24</sup>

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CAVALLO, Sandra. **Artisans of the body in early modern Italy**. Manchester University Press, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERUTTI, Simona. Normes et pratiques, ou de la légitimité de leur opposition. In: LEPETIT, Bernard. **Les formes de l’expérience**: une autre histoire sociale. Paris: Albin Michel, 1995.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant le temps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

<sup>24</sup> A frase é de Maurizio Gribaudi, que adaptei e traduzi: “L’individu est important surtout en tant que lieu d’une activité intense et spécifiquement humaine de lecture, d’interprétation et de construction du réel” (GRIBAUDI 1995).

\_\_\_\_\_. Pour une anthropologie des singularités formelles. Remarque sur l'invention warburgienne. **Genèses**: sciences sociales et histoire, 24 septembre, 1996, p. 145-156.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLUCKMAN, Max. **Politics, law and ritual in tribal society**. New York: New American Library, 1968.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. **Espaces, temporalités, stratifications**: exercices sur les réseaux sociaux. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998a.

\_\_\_\_\_. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998b.

126

\_\_\_\_\_. **Itinéraires ouvriers**: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe. siècle. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1987.

\_\_\_\_\_. Les discontinuités du Social: un modèle configurationnel. In: LEPETIT, Bernard. **Les formes de l'expérience**. Paris: Albin Michel, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefácio. SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1: 5-27, 1988.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **La tâche de l'historien**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1985.

\_\_\_\_\_. Sobre a tarefa do historiador. **Revista Anima**, Ano 1 nº 2, Rio de Janeiro, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Hautes Etudes/ Editions Gallimard Le Seuil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?. **Le débat**, mars-avril, 1989.

\_\_\_\_\_. **Saint Louis**. Paris : Gallimard, 1996.

LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village**: histoire d'un exorciste dans le Piémonte du XVIIe. Siècle. Paris: Gallimard, 1989.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. **Soldats, un laboratoire disciplinaire**: l'armée piémontaise au XVIIIe. siècle. Paris: Mentha, 1991.

\_\_\_\_\_. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Le Petit X**: de la biographie a l'histoire. Paris: Editions du Seuil, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de doutoramento defendida no PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Caxias**: nome tutelar da nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico, 1973.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 3: 3-15,1989.

POMIAN, Krzysztof. L'heure des annales : la terre- les hommes - le monde. In: NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**: la nation. Paris: Gallimar, 1986, p. 377-429.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 19: 3-19, 1997.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Bom texto, 2004.

\_\_\_\_\_. Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. **Locus**: revista de história, Vol. 7, nº 1, Juiz de Fora, UFJF, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Exército na consolidação do Império**: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TOUATI, François-Olivier; TREBITSCH, Michel. **Actes du colloque problèmes e methodes de la biographie**. Sorbonne, 3-4 mai 1985. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ZAPPERI, Roberto. **Annibale Carracci**: portrait de l'artiste en jeune homme. Aix-en-Provence: Alinéa, 1990.